

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

A desconsideração da personalidade jurídica aplicada aos grupos de sociedades e o Anteprojeto de Código Comercial		
Ana Carolina Rodrigues, Maria Fernanda C. A. R. Cury		9
1	Introdução	10
2	Grupos de sociedades	12
3	Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica	15
3.1	Evolução no Direito brasileiro	15
3.2	Breves considerações sobre as teorias desenvolvidas no direito estrangeiro	21
3.3	A desconsideração da personalidade jurídica nos grupos de sociedade	24
4	Análise do entendimento jurisprudencial	26
5	Desafios e necessidades atuais relativos à desconsideração da personalidade jurídica em grupos de sociedade	31
6	Análise das soluções apresentadas pelo Anteprojeto de Novo Código Comercial	34
6.1	Soluções propostas pelo Anteprojeto do Novo Código Comercial	34
7	Considerações finais	38
	Referências	40
Regulação e processo administrativo sancionador: aspectos constitucionais da Lei nº 9.784/1999 na jurisprudência do STF, na literatura jurídica e na legislação aplicável às agências reguladoras		
André Luís M. Freire		43
1	Introdução	44
2	Breve nota sobre o método	46
3	A Lei nº 9.784/99 segundo o Supremo, a Academia e nas agências reguladoras	48
3.1	Necessidade de defesa técnica	48
3.2	Duplo grau de jurisdição administrativa	50
3.3	<i>Reformatio in pejus</i>	52
3.4	Exercício da ampla defesa e seus excessos	54
3.5	Responsabilidade de parecerista	56
3.6	Outras considerações	58
4	Análise crítica	59
	Referências	61
Política de contratações públicas da Petrobras: o que pensam o STF e o TCU?		
André Rosilho, Larissa Santiago Gebrim		63
1	Introdução	63
2	Como o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Contas da União veem a possibilidade de a Petrobras, para suas contratações, se valer de procedimento licitatório simplificado?	69
2.1	A visão do Supremo Tribunal Federal	69

2.2	A visão do Tribunal de Contas da União	75
2.2.1	Primeiro momento: discurso do TCU em prol da liberdade nas licitações das empresas estatais	75
2.2.2	Segundo momento: o TCU declara a inconstitucionalidade do art. 67 da Lei do Petróleo, por supostamente ter realizado delegação legislativa imprópria	77
2.2.3	Terceiro momento: o TCU, forçado pela jurisprudência do STF, revela que prefere a Lei nº 8.666/93 ao procedimento licitatório simplificado da Petrobras	81
2.2.4	A posição do TCU em face da divergência com o STF	84
3	Conclusão	85
	Referências	88

Regulação e concorrência no acesso a áreas e no compartilhamento de instalações em aeroportos

Carlos Ari Sundfeld, Jacintho Arruda Câmara	89	
1	Introdução.....	89
2	A cessão de área em aeroportos.....	90
3	A regulação setorial sobre acesso de distribuidoras de combustíveis aos aeroportos	91
4	Lei da concorrência e conflitos no compartilhamento de infraestrutura instalada em aeroportos	95

Novo Marco Regulatório Portuário, melhora regulatória e análise de impacto

Daniel Silva Pereira	99	
	Introdução.....	99
1	Regulação e qualidade regulatória (a atual questão de "como regular?")	100
2	Os princípios da melhora regulatória.....	104
2.1	Proporcionalidade	105
2.2	Accountability	106
2.3	Transparência.....	107
2.4	Consistência	108
2.5	Foco	109
3	Os princípios da melhora regulatória e sua relação com a Análise de Impacto Regulatório.....	110
4	Os instrumentos de melhora da qualidade regulatória.....	111
4.1	Consulta pública	112
4.2	Redução dos custos de compliance.....	113
4.3	Consideração de alternativas à regulação proposta	114
4.4	Análise de Impacto Regulatório	114
5	Análise do novo marco do regime portuário	117
6	Conclusão	121
	Referências	122

Direito e infraestrutura – Propostas de (in)definição

Fernando Menegat	127	
1	Introdução.....	127
2	Noção extrajurídica de infraestrutura.....	127
3	Noção jurídica de infraestrutura.....	129
4	Propostas de (in)definição	136
4.1	Infraestruturas no aspecto funcional e estrutural.....	137
4.2	Infraestruturas públicas e infraestruturas privadas.....	140
4.3	Ampliação de perspectiva: infraestruturas na Constituição sob o prisma dos deveres do Estado.....	142
4.4	Uma necessária delimitação: critério da essencialidade	144
5	Considerações finais: haveria um "direito das infraestruturas"?	145
	Referências	146

Responsabilidade fiscal e desenvolvimento econômico nacional: uma análise a partir da teoria do *Law and Economics*

Otacílio dos Santos Silveira Neto	149	
1	Introdução e delimitação do estudo.....	149
2	O Direito da Responsabilidade Fiscal no Brasil numa perspectiva histórica e conceitual	150
2.1	A Lei de Responsabilidade Fiscal no Brasil.....	153
3	Desenvolvimento econômico e responsabilidade fiscal no Brasil a partir do <i>Law And Economics</i>	154
3.1	Desenvolvimento econômico: aspectos constitucionais.....	154
3.2	O <i>Law and Economics</i>	157
4	Conclusão	163
	Referências	164

O regime jurídico do ato de transferência das concessões: um encontro entre a regulação contratual e a extracontratual

Rafael Véras de Freitas	167	
	Introdução.....	167
1	A desconstrução da natureza personalíssima dos contratos administrativos.....	168
2	A constitucionalidade do ato de transferência de controle nas concessões.....	173
2.1	Da necessidade de autorização legislativa para a transferência da concessão	177
3	A natureza jurídica do ato de transferência da concessão.....	179
4	As consequências da declaração de nulidade do ato de anuência da transferência de controle	181
4.1	Dos efeitos jurídicos da invalidação do ato de anuência no contrato privado celebrado entre cedente e cessionário.....	185
5	O regime da transferência de controle nos setores regulados: a compatibilização dos contratos regulatórios com o princípio da concorrência	187
	Conclusões	193
	Referências	194

O capital no século XXI e a justiça fiscal: uma contribuição de Thomas Piketty para uma reforma tributária no Brasil

Ricardo Lodi Ribeiro	197	
I	Introdução.....	197
II	A natural tendência do capitalismo à desigualdade	199
III	O combate às desigualdades sociais pela tributação	201
IV	Sistema tributário e desigualdade	203
V	A progressividade dos impostos sobre a renda.....	210
VI	A tributação sobre o capital e o imposto sobre grandes fortunas	217
VII	Globalização, concorrência tributária internacional e transparência fiscal.....	219
VIII	Conclusões	224

Os reflexos da intempestividade da prestação jurisdicional nos negócios jurídicos empresariais e os fundamentos da Análise Econômica do Direito

Samantha Caroline Ferreira Moreira	229	
1	Introdução.....	229
2	Breve histórico e considerações sobre a Análise Econômica do Direito.....	231
2.1	A aplicabilidade da teoria microeconômica	233
2.2	Dados processuais e econômicos dos litígios no Brasil.....	234
3	O acesso à jurisdição tempestiva e o desenvolvimento econômico.....	235

3.1	A efetividade do processo como garantia do acesso e realização da justiça.....	236
4	Prestação jurisdicional: considerações sobre a responsabilidade estatal.....	238
5	Reflexos da morosidade judiciária nos negócios jurídicos empresariais	241
6	Conclusão	241
	Referências	242

Defesa da concorrência x regulação setorial: o que mudou com a lei de 2011?

Thiago Marrara	245	
1	Introdução	245
2	Regulação: emergência na década de 1990.....	246
3	A evolução da defesa da concorrência no Brasil	250
4	Conflitos entre defesa da concorrência e regulação setorial.....	254
5	A nova LDC mitiga tais conflitos? Como?	256
6	Conclusão: todos os problemas resolvidos?.....	259
	Referências	260
Instruções para os autores	263	